

O Diário de Notícias e a campanha de Canudos

Honrou-me o Diário de Notícias, às vésperas do centenário de sua fundação, com a incumbência de pronunciar uma das conferências do ciclo comemorativo da significativa data do jornalismo baiano. Sumamente desvanecido com a tarefa para a qual fui convocado, quero, de início, assinalar, modéstia à parte, que minha presença é plenamente justificada. Não porque me considere em condições de figurar de igual para igual, no rol ilustre dos demais convocados, nomes de reconhecida projeção no panorama cultural da Bahia. A razão é bem diferente. Meu credenciamento emana de outra fonte. Sou, em verdade, o representante de um grupo indispensável e sempre presente no mundo em que se movimentam os jornais — o assíduo leitor, o constante leitor das cartas à redação. Eis um título que, relativamente ao Diário de Notícias, posso alto e a bom som proclamar, apresentando testemunhas, como os professores Joaquim Batista Neves e Ary Guimarães, se for mister provar o alegado perante qualquer autoridade. O velho Diário de Notícias, o D.N. dos nossos dias, faz parte do meu cotidiano. É uma antiga simpatia que remonta aos tempos de minha meninice. Foi o trato dos jornais possivelmente a única precocidade de minha vida. Muito cedo, por influência de meu pai, devorador de gazetas, tornei-me um impertinente leitor das folhas diárias de minha cidade natal. Recordo bem o prazer que me pro-

porcionava a leitura “cai aqui cai acolá”. do Diário da Manhã, do Correio de Aracaju, do Sergipe-Jornal, órgãos da imprensa sergipana na década de 20. Através do noticiário político, que maior sedução exercia sobre meu espírito, fiz minha aprendizagem no mundo da comunicação escrita da Província, fortemente marcado pelas lutas entre Pereira Lobo e Graco Cardoso, por volta de 1924, lá se vai meio século! Dos jornais da terra, passei aos da Bahia, que dois deles eram familiares aos sergipanos daquela época: A Tarde e o Diário de Notícias, chegados a Aracaju no dia seguinte ao do seu lançamento, levados pela estrada de ferro. Os **trens da Bahia**, três a quatro vezes por semana, conduziam aos lares aracajuanos, através dos dois citados vespertinos, notícias mais completas a respeito dos acontecimentos nacionais e estrangeiros, do que as veiculadas nas subdesenvolvidas gazetas da capital de Sergipe. Compulsando as páginas de A Tarde, popularmente denominada A Tarde da Bahia, eu me informava sobre as novidades, ficando profundamente impressionado com a quantidade de telegramas nela publicados, oriundos das mais variadas procedências. Notícias, deveria ter dito de mim para mim, comparando com a precariedade do serviço telegráfico da imprensa local, só n'A Tarde da Bahia, que depois viria a chamar, também, de A Tarde de Simões Filho. Não me lembro, porém, de sua parte editorial, das suas colunas semanais, dos seus colaboradores. Aí é que está presente o Diário de Notícias, no desfilar destas reminiscências. Foram os artigos da lavra de Altamirando Requião que me conduziram à problemática do comentário jornalístico, aos chamados **artigos de fundo**. Como me vem à mente, nesta hora de recordações, o poder dos artigos de fundo que movimentavam a opinião pública de antanho! Longos e estirados artigos, traçados por mãos experientes de velhos jornalistas, geralmente abrindo as primeiras páginas dos jornais, muitas vezes lidos em voz alta nas casas de comércio, nos cafés, nas reuniões de família, discutidos e comentados durante muitos dias, alguns recordados depois de muito tempo. Dividindo opiniões, os articulistas estavam, naturalmente, sujeitos a críticas e epigramas, valendo a pena registrar um deles, que tantíssimo me repetiu o Dr. Mário Menezes:

Li teu artigo de fundo,
Mas, confesso, não consigo,
Por coisa alguma no mundo,
Achar fundo em teu artigo.

Na imprensa sergipana, com fama de **boa pena**, ouvira falar em Apulcro Mota, diretor do Diário da Manhã, que, diziam, todavia, era inferior ao irmão Antônio Mota, já desaparecido. Não guardo, porém, qualquer impressão dos seus escritos. O primeiro grande articulista que li foi o professor e jornalista Altamirando Requião, do Diário de Notícias. Nas conversas de meu pai, nas rodas dos seus amigos e, posteriormente, entre professores do Ateneu Sergipense, o que vale dizer, entre gente culta da cidade, quando se queria falar de uma **pena apurada**, de um **jornalista de mão cheia**, aparecia, invariavelmente, o nome do diretor do Diário de Notícias. Recordo de uma oportunidade em que alguém disse,

à maneira de elogio a um jornalista da cidade, que ele redigia bem, sabia lançar um artigo, embora não fosse nenhum **Altamirando**, nome assim apresentado como sinônimo de bom jornalista. Fiel à fase de minha formação, entusiasmei-me pelos artigos de fundo do articulista baiano, principalmente quando o consagrado homem de imprensa enveredava pelos caminhos da polêmica, não raro numa linguagem muito acima de minha percepção de aluno do término do primário ou dos primeiros anos de ginásio.

Rodado o tempo, no bojo das primeiras veleidades literárias, deparei, evidentemente à distância, com outra figura do Diário de Notícias, de quem o tempo me fez amigo, e, agora, a evoco com saudade. Veiculou, em Aracaju, nos idos de 1930, a notícia de que estava na cidade, em missão do seu jornal, o "inteligente confrade baiano" Francisco de Matos, representante do Diário de Notícias. Na praça do Palácio, na rua Barão, na rua da Frente, comecei a avistar o jornalista do vizinho Estado, invariavelmente bem vestido, recebendo e retribuindo amabilidades entre os intelectuais da Província. Além de homem de imprensa, o Chico de Matos, como era geralmente conhecido, fazia versos, sendo forte nas trovas que compunha:

Você sabe, meu carinho,
O que se escreve com vê?
Veneno, você e vinho.
Vinho, veneno e você.

Dos três males, o pequeno
É o vinho, já se vê.
O maior mal é veneno,
Maior veneno é você.

Misto de jornalista e trovador, com uma boa pitada de boêmio, Francisco de Matos iria completar, no espírito do adolescente sergipano, a imagem de um **Jornal de fora**, de um jornal da Bahia, vislumbrada nos artigos de fundo do mestre Altamirando. Bem posso dizer, portanto, parafraseando Alcântara Machado, leitor do Diário de Notícias, sou há meio século.

Chegando à Bahia, em 1932, para iniciar os estudos de Direito, continuei lendo o Diário de Notícias, onde Altamirando Requião prosseguia em plena pujança, provocando e sustentando discussões, quando o sol começava a se pôr para este gênero de jornalismo. Nas colunas do Diário de Notícias, vi o ocaso da polêmica na década de 1940.

Anos decorridos, quando mantive, no Jornal da Bahia, uma seção intitulada **Sociedade da Vovó**, com o pseudônimo de Sílvio Brandão, tornei-me leitor assíduo do Diário de Notícias de outras eras. A fim de colher informações sobre a sociedade baiana de outrora, andei a ler, nas valiosas coleções do Instituto Histórico, jornais de 1908 a 1920, ali recolhendo material para minha coluna, de cunho retrospectivo. A

fonte preferida e constante — porque a que cobria o período acima referido — era o Diário de Notícias, antes e durante a direção de Altamirando Requião. O fato me dá direito a contar tempo de leitor da quase centenária gazeta soteropolitana, o que vem em reforço da justificativa de minha presença no eminentíssimo grupo dos conferencistas da jornada comemorativa do centenário da gazeta de Lopes Cardoso.

Nem tudo está dito, porém, ilustre amigo, Ministro José Rabelo. Necessito, ainda, provar, e vou tentar fazê-lo, que leio o jornal de Odorico Tavares do século passado, tendo nele aprendido muito do que suponho saber a respeito de Canudos. Já estava faltando, poderão sussurrar alguns dos presentes, o Bom Jesus Conselheiro na arenga do conferencista. Aceito a advertência, mas prossigo, valendo-me de uma declaração de Gumercindo Bessa, quando, discutindo pela imprensa com um farmacêutico, este disse que os artigos do contendor eram uma “droga”. “Cada qual tira suas metáforas das próprias prateleiras”, respondeu o jurista sergipano, acrescentando: “um boticário tem que falar de drogas”. Natural, pois, que eu leve o Diário de Notícias para meus supostos domínios do Belo Monte, usufruindo do seu noticiário, o máximo possível.

Na Bahia, Antônio Vicente Mendes Maciel e o Diário de Notícias são contemporâneos. Antônio Conselheiro chegou aos sertões da Província em 1874; o Diário de Notícias apareceu em 1875. Encontraram-se, pela primeira vez, em 1876, quando o místico cearense foi notícia de importância, na edição de 6 de julho, 2ª. coluna da 1ª. página, sob o título **Prisão de um missionário**, que assim reza:

Entre soldados da polícia atravessaram hontem as ruas d'esta cidade, vindos de Alagoinhas, Antônio Conselheiro, o *Santo*, e quatro dos seus acolitos, presos ultimamente em Itapicuru.

Tocado da luz divina, pregava elle aos pobres tabareos uns sermões de sua lavra, cujos fins não abonavam muito a sua boa fé para com seus irmãos em Cristo.

Tanto deram na vista suas missões, que a policia convidou-o a vir prega-los aos presos, da casa de detenção.

Do ano acima mencionado até 1897, quando terminou a sangrenta campanha de Canudos, o que vale dizer, durante mais de duas décadas, a imprensa baiana falou a respeito de Antônio Vicente Mendes Maciel e seus seguidores, cada vez mais numerosos. Os jornais de então, em cujas coleções o pesquisador encontra farto documentário para escrever a história do Bom Jesus Conselheiro e do sertão nordestino da Bahia, viviam sempre a chamar a atenção das autoridades para o perigo que representava o proselitismo conselheirista. Nenhum dos órgãos do jornalismo baiano, porém, pode ser apontado como fonte de melhores subsídios para a reconstituição histórica do fenômeno Canudos do que o Diário de Notícias. É nas suas colunas que deparamos, a partir de 1892,

a maior soma de informes sobre a evolução do fenômeno. Devemos o precioso acervo de contribuições a um correspondente do Diário em Monte Santo, cidade localizada bem perto do arraial do Belo Monte, como Antônio Conselheiro batizou a antiga fazenda de Canudos, ponto por ele escolhido para ser a cidadela da salvação, em um País minado e contaminado por republicanos, protestantes e maçons. Lamentavelmente, até o presente momento, não me foi possível identificar o correspondente sertanejo do diário salvadoreense que, regularmente, algumas vezes por mês, informava o público leitor a respeito do longínquo município. O preço dos gêneros de primeira necessidade, a presença ou a falta de chuvas, as festas da Igreja, os fatos mais assinaláveis das lutas políticas enchiam as linhas reservadas à correspondência interiorana. Depois que, em junho de 1893, Antônio Conselheiro surgiu na Fazenda Canudos, à margem esquerda do rio Vaza-Barris, em território do município de Monte Santo, o correspondente anônimo passou a incluir, quase que obrigatoriamente, a gente do Conselheiro nas suas comunicações para a gazeta metropolitana.

Creio haver sido em agosto de 1892, antes da chegada do peregrino ao povoado, o que somente ocorreria, como já se disse, em junho do ano seguinte, que o correspondente registrou sua primeira comunicação sobre a presença de Antônio Conselheiro na região, o que fez, aliás, com simpatia. Eis o trecho:

Acha-se aqui de passagem, o conhecido Antônio Conselheiro, o qual como verdadeiro penitente, tem feito, com o auxílio do povo, obras de grande utilidade nos lugares onde faz passagem. Ouvi uma das suas prédicas as quais são por ele enxertadas com referências políticas, manifestando-se contra o casamento civil e outros atos do governo republicano. Isto, porém, nada influi no ânimo público, que só aproveita delas o que é útil.

Para o pesquisador, a notícia se reveste de especial significação, porque é a primeira referência ao procedimento político do Conselheiro, até então somente considerado perigoso pela sua atividade religiosa, por desviar a mão-de-obra das fazendas de plantar e de criar, abrigar e proteger gente ociosa e malfeitora, e nunca por contestar o regime vigente. A data da correspondência, todavia, confirma o que se disse posteriormente, isto é, haver sido a eleição de Ruy Barbosa ao Senado, a 27 de junho de 1892, o fato que levou o conhecido construtor de igrejas e cemitérios a desencadear obstinada campanha contra a República e contra o senador, a quem denominou o "homem das trevas".

Em maio de 1893, no lugar denominado Masseté, vila de Tucano, Antônio Conselheiro e seus acompanhantes enfrentaram e puseram em fuga um destacamento policial comandado pelo tenente Virgílio Pereira de Almeida, designado para trazer à ordem os fanáticos do Bom Jesus, acusados de cometimento de tropelias no termo de Amparo e outros lugares. A derrota da tropa, de larga repercussão nos sertões nordestinos, cujas populações endeusavam o Bom Jesus, marcou uma nova era na

história do conselheirismo. Compreendendo as dificuldades a enfrentar, sabendo das providências do governo para vingar o revés e dominar a situação, Antônio Vicente Mendes Maciel deixou o vale do Itapicuru, onde vivia, há muitos anos, levantando igrejas, muros de cemitérios, dando conselhos, e rumou para o alto sertão, indo fixar-se na região do Vaza-Barris, em Canudos.

A 11 de junho, o ativo correspondente do Diário de Notícias escrevia a Eduardo De Vecchi, gerente e redator do jornal, noticiando que o povo de Monte Santo estava vivendo dias intranquilos, muita gente saindo da cidade, temendo a passagem do Conselheiro ou a chegada da tropa que acampava em Serrinha. Nas feiras, minguavam os gêneros de primeira necessidade, porque os sertanejos, atemorizados, não mais apareciam. Partindo desta primeira comunicação, o correspondente tocou a mandar notícias. A reconstituição da vida do arraial messiânico pôde ser levada a termo através do noticiário em apreço. Foi nos primeiros dias de junho que Antônio Conselheiro chegou a Canudos, logo por ele batizada de Belo Monte. As providências para sua defesa tiveram início imediatamente, levantando-se trincheiras em vários pontos. Os jagunços declaravam-se dispostos a tudo, confiando plenamente na proteção de Antônio Conselheiro, que era Santo. No arraial, onde havia uma febre de construções rústicas para abrigo dos recém-chegados, fazia-se freqüentemente exercício de tiro, porque existiam muitos clavinoteiros entre os moradores da localidade. Nos primeiros dias, segundo o correspondente, tanto no Monte Santo como em Canudos reinava a inquietação. Esperava-se a vinda da força de linha que o governador Rodrigues Lima solicitara ao marechal Floriano Peixoto, presidente da República. Após ordens e contra-ordens, marchas e contra-marchas, acertaram as autoridades deixar o Bom Jesus na santa paz do Senhor, evitando-se, assim, o derramamento de sangue naquele ensejo, transferindo-se a luta fratricida para 1896-97.

O povoado do Belo Monte, sustado o perigo de um ataque governista, entrou na rotina sertaneja, transformando-se, todavia, na Meca dos conselheiristas. De muitos e muitos lugares do Estado, chegavam numerosos grupos cantando ladainhas, dando vivas ao Bom Jesus. Muitos vinham para ficar, tendo vendido ou mesmo abandonado pedaços de terra onde nasceram e viveram, sentindo-se na obrigação de partilhar da sorte do "nosso Pai". São abundantes as achegas que o correspondente fornece a respeito da vida cotidiana do "povo da Companhia", que ele ia coligindo em suas conversas com os jagunços aparecidos nos dias de feira, porque as relações entre a comunidade messiânica e os lugares próximos passaram a ser realizadas normalmente, embora o acesso a Canudos se tornasse difícil, uma vez que o visitante não podia ter a **marca do anti-Cristo**, devendo manter a pureza monárquica. Preocupado em deixar informados os leitores do Diário de Notícias sobre as ocorrências do Belo Monte, o correspondente não deixava passar as novidades do povoado, transmitindo-as logo para a capital. A igreja do Santo Antônio, a primeira edificada pelo Conselheiro no chão de Canudos, aparece várias vezes nas colunas do Diário de Notícias, ficando, assim, o historiador capacitado para, sobre a mesma, escrever com alguma segurança. Vêm referidas as relações do Conselheiro com o padre Sabino, vigário do

Cumbe, a quem estava entregue o rebanho cristão do povoado. Não eram boas, e um incidente foi registrado por ocasião da entrega da chave do novo templo, em 1894. Desacatos sofridos por pessoas de posse que por ali andavam, no afã de negociar com os moradores, como, por exemplo, os casos dos capitães da Guarda Nacional, Quintino Dias de Andrade e Jesuíno Lima, cujas vidas estiveram ameaçadas. A presença de emissários do Conselheiro em vários pontos do Estado, com o objetivo de angariar recursos para as obras das igrejas. A saída do próprio Conselheiro, acompanhado de numeroso séquito, para ir a Bom Conselho, e as festividades respeitadas e acolhedoras por ocasião do seu regresso. O crescimento vertiginoso do arraial, o aumento dos homens da Guarda Católica, encarregada da defesa do Bom Jesus Conselheiro e de sua "Tróia de taipa". As pregações anti-republicanas, as humilhações de toda espécie sofridas por aqueles que eram suspeitos à monarquia, com a citação dos seus nomes e circunstâncias em que estiveram envolvidos. Os subsídios de ordem histórica que o Diário encerra vão muito além, enfocando versões sertanejas dos eventos, colhidas nas redondezas de Belo Monte, ouvidas dos próprios participantes. Nenhum outro jornal brasileiro, na parte relativa ao surgimento e evolução do povoado de Canudos, é mais rico de contribuições históricas do que o Diário de Notícias, que desfrutou o privilégio de manter, durante cerca de cinco anos, um repórter sagaz e interessado bem perto do local onde se desenrolavam fatos preparadores de acontecimentos memoráveis.

Em livro recente, da melhor qualidade, pelo labor da pesquisa, pelo teor da exposição, pela objetividade da crítica, Walnice Nogueira Galvão dedicou sugestivo estudo aos repórteres e reportagens da Guerra de Canudos. **No calor da hora**, a ilustre ensaísta recompõe a ação de jornalistas da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, que fizeram a cobertura da Campanha. Lélis Piedade, Favila Nunes, Manuel Benício, Manuel Figueiredo, Alfredo Silva, Euclides da Cunha são os nomes de profissionais da imprensa que figuram no livro de Walnice Galvão, representantes do Jornal de Notícias (da Bahia), da Gazeta de Notícias, d'O País, da Notícia, do Jornal do Comércio (do Rio de Janeiro), do Estado de São Paulo. Lá estão, também, sem autor identificado, **Cartas** procedentes de Queimadas, divulgadas pelo Diário de Notícias, com início a 19 de agosto de 1897, em pleno fragor da refrega. Percebe-se, de logo, que o missivista de Monte Santo não é o mesmo de Queimadas, este último, evidentemente, uma pessoa estranha à região, talvez um militar, como tantos outros, a começar pelo tenente-coronel Siqueira de Menezes, transformado em correspondente de guerra, que dias depois escrevia do próprio campo das operações militares, no quartel-general de Artur Oscar. O novo correspondente viu em Canudos a rendição dos jagunços e a destruição do arraial e mandou contar o que presenciara ao público leitor do Diário de Notícias. A circunstância tem para mim significado digno de anotação. Tendo noticiado a chegada do Conselheiro ao Belo Monte, em 1893, o Diário de Notícias estava presente no dia derradeiro do povoado, depois de haver seguido de perto seu agitado desenvolvimen-

Diante disto, depois disto, eu sei como terminar. Faço-o, prazerosamente, na qualidade de leitor assíduo do Diário de Notícias, reverenciando aqueles que o serviram outrora, saudando os outros que hoje o mantêm.

JOSÉ CALASANS